

Capítulo 9 O centro de estudos inclusivos e a extensão como responsabilidade (2004–2013)

Falar do Centro de Estudos Inclusivos é falar de seu idealizador, de sua história e vida, atitudes e crenças, pelo menos até a saída deste em 2013.

Idealizei o Centro de Estudos Inclusivos (CEI) para ser uma instância de pesquisa, de estudo e de formação para dentro e fora da UFPE. Propus sua criação no Centro de Educação e, do CE, o defendi.

Como vim de fora de Pernambuco, como já disse, passei um período estudando as questões de exclusão no Recife, no grande Recife, e no estado. Encontrei situações recorrentes de exclusão laboral, educacional, cultural e de lazer contra cidadãos com deficiência em Pernambuco como, ademais, era sabido ocorrer no resto do país. Parti, pois, da constatação de que muito seria necessário fazer para eliminar as barreiras comunicacionais, atitudinais e físicas encontradas na Universidade, no próprio Centro de Educação e no então, DPOE (Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais), do qual faço parte.

Daí o Centro de Estudos Inclusivos ser idealizado por seu primeiro coordenador, com a finalidade fundamental da construção de uma sociedade inclusiva, que não se restringisse à Universidade, mas que, a partir dela, pudesse emanar para fora de suas dependências.

Foi em abril de 2004, então, que oficialmente é inaugurado o Centro de estudos Inclusivos (CEI-UFPE).

Para definir a vocação do Centro de Estudos Inclusivos e dar significado ao papel do CEI na comunidade interna da UFPE e fora dela, registro aqui algumas das ações que promovi, organizei e idealizei. Elas expressam os princípios de minha missão: produzir conhecimento, formar pessoas e atuar concretamente em favor dos indivíduos com deficiência e de outros grupos vulneráveis.

Na coordenação do CEI, desde 2004 participei formalmente de ações inclusivas nas áreas educacional, tecnológica, cultural, de lazer e de trabalho, bem como na promoção do direito e da saúde da pessoa com deficiência. Fiz isso por meio de formação dentro e fora da UFPE, assumindo a pesquisa e a extensão universitária como partes inseparáveis de minha docência.

9.1 Pesquisa e extensão

9.1.1 – P&D Acessibilidade Comunicacional

Minha participação como ator no programa de pesquisa e desenvolvimento da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) constituiu um dos exemplos mais claros de como compreendo a extensão universitária. As pesquisas que desenvolvi nessa parceria não visava “vantagens” para as empresas exclusivamente. Esse trabalho, que coordenei juntamente com as doutoras Rosângela A. F. Lima e Clarissa Martins e os mestres Gustavo Azevedo e Domingos Gama Filho, tinham o objetivo de promover o direito à comunicação e ao trabalho, costumeiramente denegados às pessoas com deficiência.

Uma das pesquisas que elaborei e conduzi foi *Acessibilidade à comunicação: promovendo a cidadania da pessoa com deficiência*, projeto realizado no ciclo 2002/2003 do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Celpe.

Esse estudo não começou escolhendo a solução de antemão. Entrevistamos 100 pessoas com deficiência visual de Pernambuco, para conhecer como desejavam acessar informações e produtos da empresa. Sessenta e quatro por cento (64%) solicitaram fatura em letra ampliada; 31% queriam informações por telefone; 27% pediram fatura em Braille; 11% queriam informações por e-mail; 2% indicaram o site; e 4% declararam-se satisfeitos com o modelo então existente (modelo impresso em tinta). Esses números mostraram que acessibilidade não equivale a oferecer um único formato: uma solução inclusiva precisa admitir a diversidade de preferências e condições visuais.

Como resultado de nossa pesquisa, a Celpe passou a oferecer, pela primeira vez no Brasil, conta de energia em Braille e desenvolver versões em caracteres ampliados. Um registro histórico (colocar referência) da companhia informa que as faturas com vencimento em janeiro de 2005 já chegaram às casas dos clientes cadastrados acompanhadas de versão em Braille, em uma parceria entre Celpe, Xerox do Brasil e CEI/UFPE. Posteriormente, o site da empresa foi adaptado para navegação por teclado e leitores de tela, com a retirada de elementos rotativos e a substituição de imagens por textos. A própria notícia empresarial reconheceu que a conta em Braille e a adequação do site derivaram do projeto de pesquisa realizado com o CEI.

A solução da conta de energia em Braille e a pesquisa que a fundamentou contribuíram para a premiação recebida pela Celpe. Para mim, o valor desse reconhecimento não esteve no fato de o resultado de nossa pesquisa ter proporcionado a primeira conta de energia em Braille, feita com *layout* belo e logotipo

em relevo, mas em demonstrar que uma demanda de acessibilidade, quando investigada com método fundado em princípios inclusivos e quando suas orientações são assumidas pela Instituição, pode transformar um serviço cotidiano, antes inacessível às pessoas com deficiência visual, em uma resposta legal à falta de acessibilidade comunicacional. Para mim, a pesquisa toma ainda mais significado quando produz referência em responsabilidade social para outras organizações, pois tem o potencial de beneficiar mais amplamente o número de pessoas.

9.1.2 P&D e a empregabilidade das pessoas com deficiência

Coordenei também a pesquisa *A empregabilidade da pessoa com deficiência e a Celp: um estudo da potencialidade empregadora de uma empresa concessionária de energia elétrica para a promoção da cidadania da pessoa com deficiência permanente ou temporária*. Esse estudo, igualmente conduzido com Clarissa Martins, Domingos Gama Filho, Gustavo Azevedo e Rosângela A. F. Lima, permitiu aplicar ao mundo do trabalho aquilo que eu vinha ensinando na educação.

Não bastava contar quantas pessoas com deficiência uma empresa poderia contratar, era preciso examinar perfis de postos de trabalhos e sua adequação para receber empregados com deficiência; era preciso verificar o ambiente físico para identificar obstáculos que pudessem dificultar o trânsito daqueles empregados; era preciso estudar a comunicação da empresa para identificar falhas de acessibilidade; era preciso conhecer os processos e técnicas de segurança para orientar acomodações de diferentes matizes da deficiência; era preciso examinar práticas e recursos utilizados no recrutamento, na seleção e na contratação de pessoas com deficiência pelo setor de Recursos Humanos (RH) da empresa; era preciso conhecer a percepção dos próprios trabalhadores a respeito da contratação e da expectativa que tinham sobre um possível convívio com empregados com deficiência na área que eles trabalhavam.

O projeto estudou as bases filosóficas e técnicas da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), as condições reais das atividades laborais em uma concessionária de energia elétrica, além da literatura sobre segurança, saúde, ergonomia, acessibilidade, desenho universal, barreiras atitudinais, recrutamento e seleção.

Não procurei determinar que função seria própria para uma pessoa cega, surda, com deficiência física, intelectual ou mental. Esse tipo de classificação aprisiona profissionais em categorias e ignora formação, experiência e tecnologias disponíveis. Procurei avaliar como a empresa poderia adequar ambientes, procedimentos e

relações para receber pessoas qualificadas. Ali defendi que a empresa não deve procurar apenas o posto em que “cabe um deficiente”; deve revisar o posto para separar requisitos essenciais da tarefa de hábitos administrativos que se tornaram exigências desnecessárias.

Essa mudança desloca a pergunta de “*qual deficiência é compatível com este cargo?*” para “*quais condições tornam possível que profissionais diversos realizem este trabalho com produtividade e segurança?*”. Trata-se de uma mudança aparentemente técnica, mas profundamente ética, porque impede que um requisito irrelevante funcione como filtro de exclusão.

A pesquisa identificou barreiras como inferiorização, ignorância, generalização, exaltação do heroísmo, tratamento de adultos como crianças e presunções sobre produtividade. O resultado mostrou que barreiras atitudinais, físicas e comunicacionais reduziam artificialmente a capacidade empregadora da empresa. A investigação científica gerou relatórios (alguns dos quais com mais de 500 páginas), recomendações, palestras e a cartilha *Orientações para um ambiente de trabalho inclusivo*. Defendeu programas de conscientização, voluntariado inclusivo, aprendizagem profissional e estágio para pessoas com deficiência. Também sustentou que empregados com deficiência deveriam circular por todos os níveis da empresa, inclusive gerência e presidência, quando sua formação e competência os qualificassem.

Apontamos que abrir a empresa às pessoas com deficiência é o primeiro passo para produzir cidadania e dignidade. A contratação é porta de entrada, não ponto de chegada. A inclusão laboral depende do pessoal de RH e da medicina do trabalho, mas também das chefias, dos colegas e da direção. Por isso, propusemos formação, programas de aprendizagem e estágio, participação de profissionais com deficiência como formadores e ações nas quais os empregados pudessem conviver e trabalhar conjuntamente, substituindo a imagem abstrata da deficiência pelo conhecimento de pessoas concretas, com profissão, competência, limites e potencialidades como quaisquer outras.

Essa linha de trabalho resultou ainda em orientações para uma contratação sem barreiras e em diretrizes para um ambiente de trabalho inclusivo. O princípio permaneceu o mesmo: a pessoa com deficiência não deve ser chamada à empresa apenas para falar de deficiência. Um programador cego deve poder falar sobre programação; uma engenheira química surda deve poder falar sobre sua especialidade; um trabalhador com deficiência deve ser reconhecido, antes de tudo, pelo ofício que domina, não por sua deficiência. Esse ensinamento era uma resposta

direta à barreira atitudinal de menos-valia: não transformar a deficiência em currículo e não deixar que ela apague o currículo real.

Essa pesquisa, que idealizei e coordenei, foi construída coletivamente. Não reivindico para mim o esforço de todos que comigo construíram a pesquisa e os produtos dela derivados; reivindico, com serenidade, o lugar que me cabe na concepção, coordenação e orientação de um trabalho que ligou universidade, empresa e direitos humanos.

O vínculo entre essas pesquisas e minha produção intelectual é direto. A experiência da Celpe alimentou escritos sobre empregabilidade, ambiente de trabalho inclusivo, barreiras atitudinais e responsabilidade social. Por sua vez, os conceitos elaborados em meus relatórios, cartilhas, artigos orientaram instrumentos, entrevistas, análises e recomendações.

Não se tratou de uma consultoria isolada, mas de pesquisa aplicada que retornou à universidade em forma de produções científicas, formação e categorias analíticas. Retornou, também, à comunidade das pessoas com deficiência, não só que poderia ser empregada por aquela empresa, mas por qualquer outra que se preparasse para respeitar as leis de acessibilidade, os direitos da pessoa com deficiência, e que desejasse assumir a responsabilidade social como uma de suas ações empresariais.

9.1.3 – Se não inclui de fato, não é leitor de tela de verdade

Foi durante minha atuação à frente do Centro de Estudos Inclusivos (CEI) que empreguei alguns dos conhecimentos que vinha trazendo de meus estudos, minhas pesquisas e minha experiência de pessoa cega.

Anos antes, conheci Fabiano Garcia de quem tornei-me aprendiz de muita coisa no campo da informática. Foi ele que me apresentou o *NonVisual Desktop Access* (NVDA). Fabiano é um dos maiores conhecedores de leitores de tela no Brasil e, ele próprio, é usuário desse recurso assistivo. O NVDA consistia em um leitor de tela gratuito e de código aberto que havia sido lançado há pouco tempo e era praticamente desconhecido no país. Reconhecendo o impacto que tal programa teria na vida das pessoas cegas ou com baixa visão que não tinham os recursos financeiros para custear os *softwares* proprietários, logo tratei de divulgar o NVDA.

Minha primeira ação foi criar um grupo de discussão no *Yahoo*, ferramenta muito usada na época. Ao criar o primeiro grupo de discussão sobre o programa, ajudei a consolidar no Brasil aquele que viria a se tornar o leitor de tela não proprietário mais utilizado no mundo. Tratava-se de reconhecer, em um *software* até então incipiente,

os fundamentos da autonomia, da independência e do respeito à pessoa com deficiência visual. Reconheci.

Em encontros, palestras e em minhas aulas, dediquei ao NVDA a atenção, os estudos e a disseminação que essa tecnologia assistiva merecia. Naquele momento, o único *software* de alcance internacional e de qualidade utilizado pela maioria das pessoas cegas no Brasil era o *Job Access With Speech* (JAWS), um programa proprietário de custo elevadíssimo e, portanto, só acessível à maioria das pessoas com deficiência visual, por meio de cópias não autorizadas (*craqueadas*).

Os leitores de tela são programas que interpretam elementos visuais da interface, como ícones, botões e menus, para o usuário que navega por meio do teclado ou do mouse. Além disso, convertem em síntese de voz conteúdos em texto, a exemplo de documentos do Microsoft Office, LibreOffice e navegadores de internet. Todavia, o leitor de tela convencional não consegue interpretar autonomamente imagens ou textos contidos em arquivos de imagem (como capturas de tela e digitalizações não reconhecidas via OCR).

Embora hoje o usuário mais avançado tenha a possibilidade de usar tecnologia com recursos de inteligência artificial e ferramentas de descrição gráfica que lhes permite maior acessibilidade às configurações imagéticas, esse avanço não estava disponível à época.

Pequena ação, grande respeito

Embora o departamento, o Centro, isto é, meus colegas (ocupantes de cargos administrativos ou docentes) fossem reiteradamente informados de que o leitor de tela não interpretava imagens sem áudio-descrição, costumeiramente compartilhavam imagens de documentos, comunicações e atas. Com efeito, ainda hoje eles são enviados para a lista dos docentes: imagens sem qualquer texto alternativo ou título descritivo das fotos. Não seria difícil escreverem, por exemplo: "Foto da notificação informando que o Centro ficará sem energia amanhã, das 14h às 18h".

Uma pequena mudança de atitude que reconhece necessidades, respeita direitos, inclui. Não havendo essa mudança: desrespeita direitos, afronta a dignidade humana, exclui, e, pelo efeito que tem sobre a pessoa com deficiência, comete-se crime por razão de deficiência.

Ainda que não reconhecesse documentos em formato *.pdf* em imagens, o NVDA chegava com um potencial muito acima dos demais leitores de tela internacionais e nacionais: bastava estar atento à sua proposta e funcionalidade. O CEI estava e,

portanto, fez seu papel de informar a comunidade das pessoas com deficiência, as escolas e universidades.

Naquele período, as poucas escolas especiais de Pernambuco que dispunham de recursos computacionais utilizavam o DOSVOX. O confronto entre o DOSVOX e o NVDA explicita dois paradigmas opostos de Tecnologia Assistiva:

O **DOSVOX** dorme no paradigma da tutela e na subestimação, traduzido por precisar que se faça pela pessoa com deficiência, em lugar de deixar que ela mesma faça com o suporte assistivo de que dispõe.

O **DOSVOX** declara, sem nenhum constrangimento, a filosofia com que foi criado, a proposta de tutela sintetizada em seu próprio mote ("O que você deseja?"), o DOSVOX atua assumindo a ação do usuário em uma clara filosofia paternalista, que pressupõe a incapacidade de o indivíduo agir por si só e com independência. Embora essa abordagem do "O que você deseja" possa parecer para alguns facilitadora à primeira vista, ela confina a experiência do usuário à estrutura interna do próprio sistema. O DOSVOX não é um leitor de telas pleno, mas um ambiente operacional codificado por voz. Consequentemente, tudo o que se encontra fora desse "contêiner" (como a navegação na web moderna, sistemas bancários ou *softwares* profissionais) permanece inacessível, gerando dependência e isolamento funcional.

O **NVDA**, por sua vez, está no paradigma da autonomia, da independência, da acessibilidade e inclusão. Foi Projetado sob a filosofia de dar ao usuário acesso direto ao computador, o NVDA lê a interface real do sistema operacional (como o Windows) e de suas aplicações nativas. Em vez de criar um ambiente isolado, ele traduz os elementos visuais do sistema para que a pessoa com deficiência visual navegue de forma autônoma pelas mesmas ferramentas utilizadas por pessoas videntes.

Ao defender a transição de um software já ultrapassado pela história baseada na tutela para software que promovesse a emancipação real do sujeito, a missão do CEI era colocada em prática em sua essência, Era isso que o CEI fazia: pesquisava, aprendia e disseminava conhecimentos que levassem a pessoa com deficiência a uma vida independente, autônoma e digna, sem a subestimação, condescendência ou tutela de instituições ou *softwares*.

Na visão do CEI, a pergunta "O que você deseja?" Quando muito, eliciaria a resposta: "respeito aos meus direitos, garantia de recursos assistivos que me propiciem autonomia e independência, que me permitam participar da sociedade

com igualdade de condições, de oportunidades, de competitividades”. O que aquela pergunta não viria como resposta era: “faça isso por mim, porque não sei, não posso, porque você consegue fazer por mim, aquilo que não sei fazer tão bem como você”.

Apesar das óbvias vantagens de se usar o NVDA, observou-se nas Salas de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) um gargalo pedagógico provocado pela acomodação docente. Muitos professores de Educação Especial continuaram ensinando o DOSVOX por anos, simplesmente por ser a única ferramenta que haviam aprendido em sua formação inicial. Como o uso do NVDA exige do educador o domínio dos atalhos de teclado nativos do sistema operacional e da navegação por comandos — conhecimentos que grande parte dos docentes não possuía —, criou-se uma resistência e, por consequência, uma barreira ao uso daquela ferramenta.

Em decorrência de os professores do ensino fundamental e médio não terem aprendido o uso de tecnologias assistivas como o NVDA na universidade (onde seus professores tampouco sabiam e, em geral, ainda não sabem), eles não as ensinavam aos seus estudantes. O impacto dessa lacuna institucional era direto: cabia às próprias pessoas cegas buscar soluções para os problemas de acessibilidade na escola e na universidade.

Essa dinâmica remete ao modelo integracionista que parcela da sociedade insiste em impor aos indivíduos com deficiência, modelo sustentáculo de uma concepção retrógrada de Educação Especial, que responsabiliza o indivíduo por sua própria adaptação, em vez de promover a reestruturação das instituições.

9.1.4 O professor de Javanês na Educação Especial

Sempre denunciei o despreparo e a formação insuficiente/de baixa qualidade dos professores de salas de recurso, de educação especial e de educadores que dizem "atuar na perspectiva inclusiva". Isso porque não receberam o conhecimento e a formação de qualidade prometidos por seus professores na universidade. Formação deficitária, risco garantido de formarem com a qualidade com a qual foram ensinados.

Em minha trajetória, essa constante cobrança expôs a má formação docente, as omissões e a negligência perante a educação das pessoas com deficiência. Essa minha insistente cobrança não foi bem recebida. Sigo cobrando de meus pares na universidade uma postura coerente com a responsabilidade de formar os futuros docentes das redes pública e privada de ensino de Pernambuco. Mas, aparentemente, o conhecimento requerido aos professores que atuam nessa área

ainda está por chegar, quando se fala de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual.

Ademais, não tenho notícias de que um professor que forma docentes para atuar na "perspectiva da educação inclusiva" pegue uma prova em Braille e a leia, tal qual faz com uma prova em tinta. Não tenho notícias de que possam deixar o mouse de lado e operar o computador apenas pelo teclado; não tenho notícias de que possam desligar o monitor do computador e operá-lo, usando um leitor de telas.

Claro que o fato de eu não ter notícias não significa que não o façam, mas junta-se à falta de notícias aos relatos de estudantes que, cursando a graduação, não recebem esse conhecimento de seus professores, não posso afirmar que eles detêm aquele conhecimento. E, como digo aos meus alunos, ninguém ensina aquilo que não sabe, a não ser os professores de Javanês.

Permanecendo esses, qual o impacto dessa situação na vida dos estudantes com deficiência? O leitor pode estar se perguntando agora. Essa pergunta que nunca deixei de me fazer tem uma simples, porém preocupante resposta.

Outra vez fica a cargo do estudante com deficiência suprir os recursos que a escola e a universidade lhe devem, em uma clara manifestação do cunho especial integracionista que venho denunciando há um quarto de século, e que denuncio nestas mesmas páginas de meu memorial. Integração não é inclusão. Educação especial nomeada de educação inclusiva não é educação inclusiva, é fraude.

Assim, reiterando o que já afirmei ao tratar das bases principiológicas que norteiam minha trajetória e, portanto, este memorial, digo que ganhar para ensinar inclusão sem praticá-la e defendê-la é, para mim, uma contradição ética intolerável.

Um estelionato que o coordenador do Centro de Estudos Inclusivos não faria nem condescenderia com aquele ou aquela que assim cometesse, pois, ao fazê-lo, pessoas com deficiência inocentes e suas famílias padeceriam pela omissão e negligência do professor estelionatário.

À frente do CEI ou fora dele, não abro mão, nunca abri, de defender a construção de uma sociedade mais inclusiva e menos excludente, não importa o nome que se dê, desde que os princípios éticos, humanos e legais/de justiça continuem ser empregados. É o que fiz e, tendo vida, ainda o farei.

9.1.5 O CEI tem de ir aonde o povo está

Parafraseando Milton Nascimento e Fernando Brant em “Nos bailes da vida”, eu entendia que o CEI deveria “ir aonde o povo está”. Ficando apenas nas intermináveis discussões acadêmicas, nos textos que, depois de dar títulos de graduados, mestres, doutores, vão para as prateleiras, a teoria da inclusão não passaria de teoria. Logo, jamais, chegando ao que considero a verdadeira inclusão.

Assim, o que elenco aqui sobre o que fiz durante o período em que, além de ser professor de educação inclusiva, fui coordenador do CEI, só teve relevância pelo efeito extensionista alcançado na sociedade brasileira, não no sentido de uma intervenção de massa, mas no de impacto na vida do indivíduo e de sua família.

Quando uma ação alcança impacto benéfico na vida de um (1) indivíduo, aí mesmo já temos o alcance de 100%: se somente uma vida for incluída, a quantidade não importa. A vida importa.

Nas mensagens transcritas a seguir, trago alguns relatos que dão conta de ações extensionistas que, espero, possam ilustrar minha afirmação acima:

Eliane Carmo Meira

10 de novembro de 2012 14:03

Francisco, sorte sua não ter notícias dela...essa pessoa fez eu passar pelos piores momentos de minha vida com o Matheus na escola, ela falou coisas terríveis a ele e me colocou lá no chão. Não consigo entender pq alguns deficientes visuais são assim, não conseguem entender uma outra pessoa DV mas com outras dificuldades, como no caso do meu Matheus a Síndrome de Asperger, como uma pessoa tão "estudada" pôde agir dessa maneira...por pouco o Matheus não deu uns chutes e socos nela...A melhor das coisas que ela disse à ele foi: " Eu eduquei e ensinei alunos que se tornaram grandes homens, mas pelo visto com vc não tem conversa já que ainda não percebeu que vc tem que se adequar a sociedade" (grifo nosso), bonito isso para uma professora, não acha? rrsrrs Matheus entendeu tanto o discurso dela que quando chegou em casa, perguntou: Mãe, eu não estou crescendo, como não serei um grande homem eu já sou grande¹, ela não percebeu? Entrei com uma Ação Civil pública para garantir a educação domiciliar do Matheus, a juíza determinou que os professores viessem até ele, mas até agora nada...A Secretaria da Educação Estadual mandou a Tania vir orientar a escola e conhecer aluno, mas pelo visto ela nada entende de autismo. Nossa como vc faz falta aqui em São Paulo!!! (grifo nosso) É muito complicado fazer esse pessoal do DV entender que a criança com autismo é diferente de uma criança apenas DV. Está muito difícil!" (comunicação pessoal através de e-mail).

Nessa mensagem, a mãe dá *feedback* de nossa intervenção, orientando direitos, sugerindo práticas e ouvindo os lamentos e desânimos de uma mãe que vê na postura de uma professora especializada tudo aquilo que professor nenhum deveria ser. O papel que assumi na coordenação do CEI jamais foi apenas administrativo. Foi de pesquisa, foi de estudo, foi de ensino, foi na defesa das pessoas com deficiência, fosse na educação, no trabalho ou no lazer. Minhas palavras não eram meras palavras retiradas das páginas de livros, eram palavras com conteúdo da prática transformadora. Eu não aceitava menos de mim e exigia daqueles que

comigo faziam o Centro de Estudos Inclusivos igual dedicação aos estudos e igual respeito para com as pessoas com deficiência a quem servíamos. E quem servíamos eram pessoas reais, com demandas reais, com necessidades reais.

From: Bianca Santos

Sent: Wednesday, October 24, 2012 11:32 AM

To: limafj.br@gmail.com

Subject: Áudio-descrição

Olá prof. Francisco Lima,

Meu nome é Bianca tenho 24 anos, moro em Bauru (interior de São Paulo) e tenho uma filha de 3 anos que há um ano perdeu a visão devido um câncer que acometeu seus olhos. Hoje ela está bem e curada; e como toda criança ela ama assistir desenhos. Acontece que, não sei se pelo fato dela já ter enxergado, mas ela sempre me pede para assistir com ela e fazer a descrição das imagens, quando por ventura eu não o faço ela fica muito triste e desiste de assistir.

*Entrei em contato com as fundações e instituições de SP que são destinadas a deficientes visuais com o objetivo de adquirir DVDS infantis com áudio-descrição, mas para minha surpresa eles me informaram que não possuem. **Foi então que comecei a pesquisar na internet e encontrei alguns exercícios de alunos do Sr. no youtube, um deles é a áudio-descrição do desenho da disney "Os três porquinhos"**, minha filha amou e assiste diariamente, mas infelizmente esse foi o único infantil que encontrei.*

Gostaria de saber se o Sr. possui alguns títulos infantis com áudio-descrição e como faço para adquiri-los?

Também me interessei muito em fazer o curso, mas só poderia se fosse à distância.

Aguardo ansiosa um retorno.

Antecipadamente agradeço,

Bianca Chaló Carlos

Mostrei esse e-mail à turma de áudio-descrição do curso de Rádio/TV e Internet, e uma aluna, Priscilla Xavier, passou a produzir uma áudio-descrição por mês para Nicole. As produções eram publicadas no YouTube e enviadas à garota.

E-mails como os da Eliane Carmo e da Bianca Santos, recebi-os vários, demandando orientações, pedindo bibliografias, buscando soluções para problemas na escola, no trabalho, na saúde e no lazer. Eram direitos negados, ou desconhecidos; eram dúvidas sobre a teoria e a prática docente, médica e tantas outras. Para cada demanda, eram horas de estudo, tradução de textos, organização de cursos de extensão, numa era em que não havia *ChatGPT*, não havia *Gimini*, não havia IA. Havia esforço, dedicação e um entendimento de que uma pergunta ou demanda não atendida era uma criança, uma mãe, uma pessoa, mais uma vez, deixadas ao desamparo, pois operadores do direito, da educação, da saúde já o fizeram. Eu não permitia isso. Meus alunos e colaboradores do CEI não permitiriam isso.

From: Bianca Santos

Sent: Saturday, October 27, 2012 6:14 PM

To: Prof Franciso Lima

Subject: Notícias Nicole

Olá Prof, tudo bem??

Gostaria mais uma vez de expressar minha imensa gratidão pelo seu telefonema, me deu um novo "ânimo"... é muito bom saber que existem pessoas que mesmo longe e sem nos conhecer, se importam conosco e com nossos "problemas" sendo eles gigantes ou pequenos mosquitinhos (rsrs).

Consegui comprar um DVD da Turma da Mônica: Se liga na turma da Mônica vol.1, a Nicole simplesmente amooooou. Ela assiste pelo menos 3 vezes por dia, sem deixar de lado o vídeo dos Três Porquinhos (rsrs). Me senti tão feliz de entrar numa loja e encontrar um material PRONTO para ela usufruir, ai como seria bom se fosse sempre assim, mas sei que ás coisas vão mudar, já estão mudando né?!

Eu estou bem animada em produzir meu primeiro vídeo em áudio-descrição para Nicole, mas estou apanhando muito, claro! Estou quase terminando o roteiro, mas não sei como "acoplar" o meu áudio ao som do DVD, teria alguma dica pra mim? Ela ama o desenho da "ANGELINA BAILARINA" e é de um episódio desse desenho que estou fazendo o roteiro.

Bom por hoje é só! (...)

Um bom final de semana para você e sua família,

abraços

Bianca Chaló Carlos

Nessa mensagem vemos como o bom conhecimento, quando ultrapassa os muros da Universidade, transforma vidas, faz diferença e constrói possibilidades. Essa mãe voltaria a escrever, pedindo que eu solicitasse aos meus alunos que, se pudessem, produzissem mais áudio-descrições de desenhos. Obviamente que apresentei aos estudantes a solicitação daquela mãe. Feita uma áudio-decrição, não apenas uma Nicole, poderia divertir-se, mas muitas "Nicoles" pelo Brasil espalhadas, só esperando ser encontradas teriam a mesma oportunidade de diversão, de ter momentos de felicidade, de serem tratadas com a igualdade que não desigual. A respeito desta, da "igualdade que desigual", deixarei a Sra. Bianca Santos nos mostrar o que é. Antes porém, vejamos qual o pedido que ela fez em 2014.

qua., 26 de mar. de 2014, 11:29

Olá Professor, como vai?

Estava sentindo falta dos seus e-mails na lista, estava até preocupada.

Por aqui estamos bem, Graças a Deus!

A Nicole ganhou um presente do Papai do Céu: Uma professora maravilhosa. E nossa, como isso é bom!

Nunca pensei que veria minha filha me acordando preocupada para não perder a hora de ir pra escola, ficando triste na sexta-feira, pois no dia seguinte não terá aula. Mal dá pra acreditar.

O ano passado foi difícil, a professora não acreditava no potencial da Nicole, pra tudo a cuidadora da escola tinha que ficar do lado. Ir pra escola pra ela era uma tortura.

Já esse ano, me emociono de vê-la tão feliz, brincando com as demais crianças, indo lavar a mão ou tomar água sozinha, cheia de amiguinhas, correndo (literalmente) pela escola!

Fiquei com vontade de ser pernambucana quando vi o e-mail sobre o curso, risos.

E é por isso que resolvi escrever: provavelmente os alunos do curso terão de fazer trabalhos, certo?

Então, resolvi fazer uma listinha de uns desenhos curtos do youtube que a Nicole gosta muito de assistir, se algum aluno se interessar em áudio-descrever ela ficaria bem feliz.

Segue os links:

Barbie acampamento com as irmãs: <http://www.youtube.com/watch?v=rThAEUVkoWU>

Mily, Molly: <http://www.youtube.com/watch?v=gK-NyYq0xPg>

As aventuras de Doki: http://www.youtube.com/watch?v=hCHHhWk_IsY

Peppa Pig: <http://www.youtube.com/watch?v=IB5mwse8LmA>

Espero que nessa turma nova, existam muitas "Priscilas"!

Parabéns Professor e bom curso.

Abraço,

Bianca Chaló

Priscilla Xavier e a família de Nicole mantiveram contatos frequentes, que se transformaram em prática inclusiva, promoção e respeito à dignidade humana e amizade. Minha aluna foi a São Paulo conhecer Nicole e sua mãe, Bianca. E qual foi meu papel nisso? O de ser professor. Professor que se importa com os alunos de seus alunos e com as pessoas destinatárias de seus ensinamentos e de sua prática. Era de respeito e responsabilidade que o CEI era feito.

"From: Marisa Pretti

Sent: Thursday, August 09, 2012 5:18 PM

To: limafj.br@gmail.com

Subject: RE: Curso de Áudio-descrição. Prezados,...

Oi, Prof. Francisco

Puxa, vida, emocionada fiquei eu com sua resposta e mais que isso, com algumas dicas extras que sempre você passa, mesmo sem ter a intenção de.

Sabe, semana passada eu estava mergulhada em uma imagem, difícil de descrever, e há certa altura, sendo muito sincera, me senti incapaz de traduzir e quase, digo com orgulho, quase me deixei levar pelo "meia boca", "deixa assim que tá baum", tudo por conta do tal do prazo de entrega. Era uma imagem direcionada para o usuário infantil. Pensei: Bom...se o menino (a) não entender tudinho, sempre vai ter alguém do lado para explicar o que eu não consegui traduzir.

Foi só por um momento...porque no momento seguinte, como um raio, vieram as suas palavras na minha cabeça e eu me senti envergonhada por quase aceitar o pouco...o medíocre! (grifo nosso) Imaginei as crianças videntes tendo que explicar, no momento disponível delas, com a boa vontade ou não, tirando dessa criança a oportunidade de se EMPODERAR. Ahááá...ninguém me tira mais esse empoderamento! rs

Fechei meus olhos, olhei a imagem novamente, revi o roteiro, fechei os olhos novamente, não gostei do que não vi, mexi no roteiro porque não estava como eu gostaria, e eu tinha consciência que era necessário dar autonomia a quem quer que fosse, que iria ler aquela tradução "deixa assim que tá melhor que muitas".

Olha, mestre...mexi naquela encrenca até eu mesma conseguir entender, então fiquei feliz, por mim e pela humanidade.

Se os prazos são curtos, a minha vontade de fazer o meu melhor não é!

Me aguarde que logo mais entro no Fórum.

Abraço,

Marisa”

Os cursos que ministrei sob o manto do CEI alcançaram muito além dos alunos dos cursos de licenciatura, Pedagogia, Letras, Rádio, TV e Internet da UFPE. Alunos do Brasil, de Portugal e do Panamá tiveram acesso a conhecimentos que eram novos deste lado do continente. Minha responsabilidade ampliava-se significativamente, multiplicada pela exigência de responder a estudantes que, ao longo do tempo, chegaram à casa dos milhares. Eu não me furtaria ao desafio nem me curvaria diante do trabalho. Afinal, era isso que ensinava aos meus alunos: jamais deixem de fazer o melhor que puderem, pois, se fizerem menos, mais desamparados ficarão aqueles que dependem de sua prática docente e profissional.

Hoje, quando ouço de alguns estudantes com deficiência da UFPE que não obtiveram o serviço de que necessitavam — uma transcrição ou uma áudio-descrição, por exemplo — sob a justificativa de que ‘há muita demanda e, por isso, não se pode atender à necessidade do estudante’, questiono-me se ensinei bem, se fui realmente capaz de demonstrar com minha prática que essa não é uma justificativa honesta para quem assumiu tal obrigação.

Os excertos acima são alguns exemplos de feedback que recebi por e-mail, mas muitos outros vieram em conversas em grupos de discussão, por telefone e mesmo em encontros presenciais.

Não seria apenas provocado pelos pais, alunos e professores, que o CEI, na pessoa de seu coordenador agiria. Depois de uma matéria sobre a adoção veiculada no Jornal do Comércio, respondi em carta ao editor do Jornal o que transcrevo a seguir. E o faço porque nunca vi a carta publicada no jornal, nem jamais tive resposta JC. Porém, ela existe e faz parte de minha memória de professor de educação inclusiva, de cidadão e de pai, cujo filho me adotou há 28 anos.

Caro Editor:

Não obstante estejamos em 2006, ainda vemos repercutir a ideia de que adoção é para pais que não podem ter filhos biológicos; que filhos a serem adotados são "mercadorias" a serem escolhidas pelo seu perfil ou valor de mercado (crianças novas valem mais que as mais velhas, brancas valem mais que negras, sem deficiência valem mais que com deficiência).

Matérias jornalísticas, sem perceber, corroboram a manutenção dessas ideias quando transcrevem esses estereótipos.

Está na hora de se proporcionar a oportunidade de as pessoas conhecerem crianças, para o surgimento do afeto que será a mola propulsora do sentimento da adoção. É assim que ocorre com o filho biológico: tem-se, na gravidez, um tempo para se aprender a gostar do bebê, independentemente de como será este filho. Um bebê adotado não tem menos valor ou valia que um bebê advindo da relação sexual de seus pais, mas tem o grau de afeto que assim lhe for permitido ter, advindo do convívio, da quebra de preconceitos, do amor dado ao filho etc.

Então, meu caro editor, já é hora de que se revejam posturas do relato jornalístico, pois, em sua liberdade de expressão, o jornal é formador de opinião. Assim sendo, é responsável pela

transformação da opinião vigente, mormente quando esta está sutilmente refletindo as ideias preconcebidas e inadequadas sobre o que é adotar e que movimentos devem estar sustentando uma adoção — isto é, não a incapacidade de se ter filho biológico, mas a capacidade de se ter um filho.

Já foi o tempo em que se matava o filho de sangue de quem ofendia e se apreciava o filho de um indivíduo valoroso porque este "era sangue de seu sangue".

Afinal, Jesus era do sangue de José? Isso teria impedido José de o amar?

Que se acabe com essa tolice de que é preciso saber quem são os pais geradores para que se decida se essa criança pode ser adotada sem que se corra o risco de ela vir a ser um "problema" em potencial.

Certamente, os filhos não adotados, filhos de sangue, incorrem no que os pais não desejam na mesma proporção que os filhos adotados.

Logo, passemos a tratar o adotar, a adoção e o filho adotado como filhos a se ter, e não como entidades diferentes a se ter.

Não se deve adotar por dó ou pena, da mesma forma que não se gera um filho por dó ou pena do espermatozoide ou do óvulo. Adota-se porque se é capaz de amar e ser amado.

Vivam as crianças, os jovens e os idosos, pois estes, assim como ocorre com as crianças mais velhas, não são adotados por conta de nossa visão hereditária e etária.

Lembre-se de que o amor não está no sangue, mas simbolicamente no coração e cientificamente no cérebro.

A escolha, portanto, da adoção está dentro de você e do filho que o vai adotar, e não no fenótipo ou na genética de ambos.

Cordialmente,

Francisco J. Lima

Coordenador do Centro de Estudos Inclusivos/CE/UFPE e pai adotado (por amor) por Matheus

Colocar foto

Isso registro aqui para mostrar onde o professor, o teórico, o pesquisador e o cidadão com deficiência — que conhece os diversos ângulos de uma situação de exclusão a que as pessoas com deficiência e suas famílias estão sujeitas diariamente — se forma de um amálgama docente capaz de reconhecer quando ensinar a teoria, compreender a prática, erigir a pesquisa ou ser ombros e ouvidos para as horas necessárias.

À frente do Centro de Estudos Inclusivos, no entanto, não seriam apenas essas ações pelas quais o CEI seria conhecido no Brasil e no exterior. Minhas ações, feitos e escritos — sempre fiz questão —, não eram do indivíduo Francisco Lima, eram da universidade em que eu trabalhava, do Centro em que trabalhava, do departamento em que trabalhava, do centro de estudos que coordenava, o CEI-UFPE.

Um professor na universidade é menor que a instituição ou, dito de outra forma, é a Instituição. Portanto, o que fiz, embora relatado aqui em primeira pessoa do singular, deve ser entendido e tido como primeira pessoa do plural: o professor Francisco não sou eu, somos nós, meus alunos, funcionários, inclusive os terceirizados, somos nós, a UFPE. Meus acertos são acertos da universidade; meus erros também a ela

pertencem. O que é estritamente meu é a ética com que conduzi meus passos dentro da instituição, são os ensinamentos que ministrei em minhas aulas, proferi em minhas palestras, expressei em minhas muitas escrituras.

Aqui, preciso deixar claro ao leitor que, embora eu coordenasse o CEI e estivesse à frente de cada ação dele, se não fosse por alunos e colaboradores dedicados, muito menos eu teria podido fazer. Tivesse os recursos financeiros, materiais e de apoio universitário, teria feito muito mais. O fato é que, quando esses recursos financeiros chegaram pelo programa Incluir do Governo Federal, o CEI, destinatário natural daqueles recursos, não recebeu nada. Se foram usados por outros... não sei. Se compraram aparelhos de TV e tapete para o Hall, não sei... Em que ações os recursos foram empregados, não sei... O que sei é que as ações financiadas pelo Programa Incluir não coadunavam com as ações que vinham sendo realizadas, há anos, pelo CEI.

À frente do Centro de Estudos Inclusivos, promovi ações de formação. Em geral, pela amizade ao coordenador, em reconhecimento ao papel que o CEI exercia, muitos palestrantes vieram gratuitamente formar/ contribuir com o Centro, com seus colaboradores, com os estudantes de Pedagogia e comunidade em geral.

As palestras, em mais de uma ocasião, com o saudoso inclusivista professor Romeu Kazumi Sassaki; a palestra sobre síndrome de Down com a professora Elisabete Dias de Sá; a palestra sobre acessibilidade com o professor Mário Galvão; a palestra com o renomado publicitário e inclusivista Fábio Adiron; a palestra sobre Direitos Humanos com a advogada Rita Mendonça; as palestras com a procuradora Eugênia Gonzaga e com a audiodescritora Lívia Motta; palestra sobre inclusão com Marta Gil, entre tantas outras.

Realizei ampla atividade de extensão, contribuindo para colocar a UFPE na vanguarda da inclusão, por exemplo, quando trouxe e coordenei o Projeto Roma, beneficiando crianças com Síndrome de Down, e depois, crianças autistas e estudantes que se formaram nesse percurso. Promovi, em parceria com a AFETO, um encontro sobre autismo que reuniu mais de 120 participantes, entre palestrantes e público.

Trouxe para o Centro de Educação e para o Centro de Artes e comunicação duas exposições sobre Tecnologia Assistiva, com vários dispositivos para pessoas cegas e pessoas com baixa visão, em parceria com a empresa Tecassistiva Tecnologia e Acessibilidade, de São Paulo.

Minha atuação à frente do CEI não se restringiu à tecnologia assistiva, à formação docente, à empregabilidade e à acessibilidade comunicacional. Trabalhei incessantemente para promover e defender a inclusão diante de práticas excludentes que se manifestavam no interior da Universidade, atingindo estudantes, servidores e visitantes. E trabalhei na defesa de uma sociedade inclusiva fora dos muros universitários também.

Entre outras ações que desenvolvi à frente do CEI estão ainda: pareceres destinados ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Pernambuco sobre o direito à progressão educacional de estudante com deficiência e sobre o direito das pessoas cegas ou com baixa visão à acessibilidade em parque de diversões.

Fora do Estado, na coordenação do CEI/UFPE, subsidiei o Ministério Público de São Paulo em ação contra a UOL por falta de acessibilidade nos serviços daquele provedor de alcance nacional.

No primeiro caso, a ação era contra a própria Universidade Federal de Pernambuco, uma vez que se tratava de um estudante do Colégio de Aplicação que fora reprovado em Educação Física, por não se sair bem no jogo de tabuleiro conhecido como xadrez, e na disciplina de Matemática, ministrada pelo então coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). É importante dizer que o estudante em questão era uma pessoa com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e, conforme se descobriu, posteriormente, apresentava altas habilidades em Matemática, pois era superdotado, como se diagnosticou em decorrência da intervenção do professor de Educação Inclusiva e coordenador do Centro de Estudos Inclusivos, Prof. Francisco Lima.

Justiça beneficia aluno hiperativo

Postado por ABDA | fev 27, 2010 | Reportagens |

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5ª) determinou ontem que o estudante Paulo Melcop, 14, seja provisoriamente promovido à 7ª série do Colégio de Aplicação, vinculado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O garoto sofre de hiperatividade e foi reprovado na 6ª em maio deste ano, quando terminou o ano letivo. Por unanimidade, a 4ª turma do Tribunal, composta pelos desembargadores Ivan Lira (relator), Lázaro Guimarães e Francisco Barros Dias, acatou o recurso movido pela família, que alega discriminação.

Os magistrados determinaram que o adolescente freqüente a turma mais avançada até que seja submetido a uma avaliação específica, que considere as deficiências provocadas pelo distúrbio da hiperatividade no seu desempenho escolar. “É fundamental que a escola realize a apuração do desenvolvimento pedagógico (do garoto) considerando o fato dele ser portador da síndrome”, justificou o desembargador federal Ivan Lira.

A decisão da Justiça foi respaldada por um relatório produzido pelo coordenador do Centro de Estudos Inclusivos da UFPE, Francisco Lima, designado pelo Ministério da Educação (MEC) para acompanhar o caso. O especialista informou que a hiperatividade, denominada na comunidade científica como TDAH, prejudica a concentração, mas não compromete o desempenho intelectual do paciente.

Matérias – O estudante foi reprovado em matemática (equação e números inteiros), em educação física nas áreas de xadrez e damas (jogos que exigem concentração, o que é difícil para uma pessoa hiperativa) e em uma disciplina de artes. A família de Paulo acredita que, apesar de a escola se dizer inclusiva, ela não ofereceu atendimento pedagógico necessário e adequado ao adolescente.
(<https://tdah.org.br/justica-beneficia-aluno-hiperativo/>)

O Professor Francisco Lima, ao defender a necessidade de um regime de educação especial para P.M.C.S., faz duras críticas ao corpo docente do Colégio de Aplicação. Defende, em síntese, a tese de que a instituição não pode cobrar aquilo que não ofereceu a contento; por essa razão, é obrigada a admitir a progressão do aluno. Novamente, reporto-me ao parecer do especialista:

O Colégio de Aplicação fez isso [proporcionar a referida educação especial]? Não, não e não! E se não fez, como querem os professores de P.M.C.S. impedi-lo de estudar na 7ª Série do ensino fundamental, junto com seus colegas, com os quais, no ano letivo anterior, estudou?

(Revista do TRF 5ª Região, nº 67, p. 70, Janeiro/Março – 2007)

No segundo caso, uma garotinha com deficiência visual foi proibida de brincar na piscina de bolinhas do Parque Mirabilândia por ser cega.

Com o especialista em segurança do trabalho Gustavo Estevão, professor do Instituto Federal de Pernambuco examinei o parque, e produzimos um parecer técnico sobre os problemas de segurança. O risco não estava em a criança cega machucar as outras crianças, como argumentou o parque para o impedimento da criança.

Após nossa avaliação, da segurança no parque, ficou claro que o risco a todos os usuários ia de fio de alta tensão desprotegidos, perto do brinquedo de carrinhos de batida (com risco de as crianças pisarem neles), à falta de manutenção adequada dos aparelhos, para o que os manuais dos brinquedos não estavam disponíveis ao parque, de acordo com o que declarou um dos representantes do Mirabilândia, em audiência com o Ministério Público de Olinda.

Oferecemos subsídios ao pai da criança para acionar o Ministério Público de Olinda contra a discriminação praticada pelo Mirabilândia. Coube-me, como Coordenador do CEI, estudar a legislação pertinente e produzir o parecer final anexado ao processo.

No terceiro caso, relacionado à discriminação contra consumidor com deficiência e à acessibilidade comunicacional, estudei e aprendi com meu aluno Lucas Galindo o uso de CAPTCHA em sistemas de segurança na *internet*. A partir disso, produzi um parecer destinado ao Ministério Público de São Paulo, que o empregou como subsídio em ação contra a UOL.

Ao dar conta das ações que realizei no Centro de Estudos Inclusivos deste Centro de Educação, venho dizer — dizer só, não; venho repetir o mesmo alerta que já fiz: que a inclusão não ocorrerá na Universidade se nós não nos unirmos contra a falta de acessibilidade; se cada um de nós não se transformar em função das barreiras atitudinais que possuímos a respeito da pessoa com deficiência.

Não adiantam piso tátil, plaquinha em Braille, sinalização em Libras, nem tapetinho na porta para dizer que a Universidade é inclusiva, se nossas ações de professores de Educação Inclusiva não primarem pelo empoderamento da pessoa com deficiência; se não fizermos valer na prática o lema “Nada sobre nós sem nós”.

As ações do Centro de Estudos Inclusivos podem parecer muitas para alguns. Para mim, como coordenador do CEI, representam uma ínfima parte do que poderia ser feito.

Deixei a coordenação do CEI, em 2013, mas não perdi a vontade de fazer mais, nem deixei de fazer pelos estudantes e servidores da UFPE, pelas crianças de Pernambuco e pelos cidadãos do país, aquilo que estava nas capacidades deste professor: ensinar.

Ao entregar a direção do Centro de Estudos Inclusivos, deixei esta mensagem: “Obrigado aos que acreditaram em mim como coordenador do CEI. Obrigado, também, aos que me desafiaram e negaram meus direitos, pois, aos primeiros, devo a força de que preciso para lutar; dos segundos, recebi as razões” (Francisco José de Lima, Junho de 2013, *blog do Ler para Ver*)

Notas de rodapé

1. Pessoas autistas podem compreender metáforas, símiles e outras construções linguísticas figurativas de maneira literal. Assim, o menino Matheus não entendeu “grande homem” em sentido diferente de grande como tamanho, antônimo de pequeno. Para ele, já havia crescido, era grande, era um menino grande e seria um homem grande. Portanto, não fazia sentido dizer que não seria um “grande homem”.
[Voltar à chamada da nota 1](#)